

PERTENCIMENTO E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: O PARADOXO E A NECESSIDADE

Celi Langhi

1. INTRODUÇÃO

As relações estabelecidas entre os seres humanos e os lugares onde habitam vem se alterando na vida contemporânea. Tanto do ponto de vista físico como emocional, as pessoas estão cada vez mais distantes, menos presentes e mais superficiais, provocando uma espécie de afastamento dos outros, dos lugares e de si mesmas, surgindo novos elementos para a formação de sua identidade.

A sociedade atual apresenta preocupação constante com temáticas relacionadas à inclusão e exclusão social, diversidade, diferenças, emancipação, identidade e pertencimento. Esses temas permeiam as tensões sociais e os conflitos históricos que, na visão de Sousa (2010) se manifestam como linguagens de desencontros entre os indivíduos e a sociedade. Além das pesquisas científicas realizadas nessa área, verifica-se um grande número de movimentos sociais e comunitários, de grupos políticos e culturais e de Organizações Não Governamentais – ONGs, que se preocupam em evidenciar a importância dos estudos nessa área.

A construção social da identidade ocorre a partir de três formas básicas: pertencimento, espelhamento e individualidade, ancoradas na forma como os seres humanos sobrevivem. Dentro de um grupo, por exemplo, desenha-se o

espelhamento; entre grupos, ocorre o pertencimento, e com toda a sociedade define-se a individualidade (CODO, 2002, p. 303). O foco deste texto recai sobre a formação da identidade, considerando-se o processo de pertencimento.

Além da antropologia e política, que são as áreas disciplinares de origem dos estudos sobre pertencimento, outras áreas como a comunicação e, principalmente, a educação formal, obtidas nas instituições escolares, buscam estimular seu desenvolvimento por meio de vivências e práticas, procurando identificar o que motiva e objetiva o ato de pertencer numa sociedade desigual e globalizada.

Atualmente, os seres humanos vivem em uma crise de sentido quanto ao sentimento de pertencimento a uma comunidade, e o fato de se viver em sociedade está cada vez mais arraigado por interesses políticos ou econômicos (ANDRADE; SCHIMIDT, 2019).

A noção de pertencimento está relacionada à identidade, política, gênero e representação social, dentre outros tópicos. O termo pertencimento é uma tradução de *membership*, ou seja, ato ou condição de ser membro, de pertencer a grupos sociais ou instituições.

O pertencimento define, ontologicamente, cada ser humano. Por isso, implica vinculação a sistemas de classificações e hierarquias, ou seja, à matriz da cultura de uma sociedade. “[...] A noção de pertencimento, o ato de pertencer, de fazer parte, de ser membro continuam a ser poderosos elementos de socialização, vetor tanto de inclusão social quanto de preconceito e estigmatização. [...]” (BRAGA; GASTALDO, 2019, p. 15).

A escola, enquanto entidade representativa da sociedade, ao refletir esses tipos de interesses, acaba por promover um tipo de convivência neutra e distante da realidade social, em que se fazem presentes problemáticas relacionadas à inclusão e exclusão social, emancipação, cidadania, identidade, diversidade, diferenças e pertencimento. Essas situações ficam evidentes nas ações relacionadas à alimentação escolar.

Enquanto atividade social, a alimentação escolar pode ser considerada como um fator determinante nas relações humanas, uma vez que os alunos a recebe e se alimentam diariamente, e o fazem em meio a grupos (colegas de classe) em um determinado espaço social (escola, que está localizada em uma cidade, parte de um estado).

A importância da alimentação escolar envolve uma série de questões, em que estão inclusas não apenas situações de insegurança alimentar e nutricional, mas a fome, a obesidade e problemas de saúde conforme os tipos e hábitos de

alimentação na modernidade. Também estão associados a esse contexto temas sobre a constituição da identidade dos estudantes, ou seja, por meio da alimentação é possível aos alunos assumirem processos identitários como formas de se relacionarem com o mundo, de se identificarem com seus pares, de agirem por si mesmos e, enfim de construir relações de pertencimento (SILVA, AMPARO-SANTOS, SOARES, 2019).

No Brasil, apesar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ter promovido avanços enquanto política fundamentada no direito humano à alimentação adequada, ainda apresenta viés assistencialista no âmbito das escolas, não contribuindo para o fortalecimento da identidade do aluno e *não favorecendo* o senso de pertencimento, uma vez que a alimentação escolar é vista, em inúmeras situações, como comida para alunos pobres.

Silva, Amparo-Santos e Soares (2019) indicam que estudos sobre a alimentação escolar devem envolver múltiplos olhares, quanto às experiências dos sujeitos com a alimentação, “implicando em observar o que comem, por que, como, quando e com quem comem e, principalmente, as interações produzidas no interior dessas práticas” (p. 2).

O recorte teórico deste capítulo envolverá questões relacionadas ao pertencimento dos alunos frente aos processos da alimentação escolar no Brasil. Esse pertencimento está associado ao conhecimento dos “espaços que são construídos como resultado da vida das pessoas, dos grupos que nele vivem, das formas como trabalham, como produzem, como se alimentam e como fazem/usufruem do lazer.” (CALLAI, 2004, p. 1).

Empregamos o termo “pertencimento” como tradução de “*membership*”, o ato ou a condição de ser membro, de “pertencer” a uma instituição ou grupo. Vista como um princípio elementar da vida em sociedade, a noção de pertencimento define a ontologia de cada ser humano. Afinal, o que alguém “é” define-se pela adesão – voluntária ou atribuída – a categorias de pertencimento. Assim, pertencimento implica vinculação a um sistema amplo de classificações e hierarquias, a matriz mesma da cultura de uma sociedade (BRAGA; GASTALDO, 2019, p. 1).

O contexto do aluno na escola diz respeito à história que se cria a partir da convivência com colegas, professores e funcionários, num período de tempo singular, num espaço vivido com inúmeras experiências que se renovam de forma constante quanto à alimentação.

Neste capítulo, o desafio é procurar compreender a realidade do aluno frente à alimentação escolar, por meio da leitura dessa realidade.

2. CARACTERÍSTICAS E NECESSIDADES DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO PÓS-MODERNA

O ser humano é um ser criador, uma vez que toma uma série de decisões e atitudes no decorrer de sua vida. Há necessidade ser criativo para viver e resolver problemas da vida diária e chegar a resultados originais. Os ideais criadores vão se revelando por meio de escolhas e recusas, ou seja, por meio dos critérios que regem essas duas opções. O ser humano percorre um caminho de obstáculos, opções e possibilidades.

Esses ideais criadores são fortemente influenciados pela educação. De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal Brasileira de 1988: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A educação deverá estar voltada para a formação do cidadão, ou seja, de seres que se comunicam num mundo interativo e interdependente, a partir dos instrumentos de sua cultura. De acordo com Moraes (2001, p. 225), isso significa:

[...] preparar o indivíduo para ser contemporâneo de si mesmo, membro de uma cultura planetária e, ao mesmo tempo, comunitária, próxima, que, além de exigir sua instrumentação técnica para comunicação a longa distância, requer também o desenvolvimento de uma consciência de fraternidade, de solidariedade e a compreensão de que a evolução é individual e, ao mesmo tempo, coletiva. Significa prepará-lo para compreender que, acima do individual, deverá sempre prevalecer o coletivo (MORAES, 2001, p. 225).

O preparo para a cidadania global requer a compreensão da multiculturalidade, interdependência com o meio ambiente e criação de espaços que permitam o exercício do consenso entre os diversos segmentos da sociedade. O indivíduo perceberá que é parte de um todo, de uma comunidade, de uma sociedade, de uma nação e de um planeta (MORAES, 2001).

É necessário educar para a diversidade, para o respeito e compreensão em relação aos outros, reconhecendo que há diferenças e é natural que haja. Também deve-se estimular o desenvolvimento das inteligências pessoais, a intra, inter e transpessoal, que foram propostas pelo psicólogo Howard Gardner (1995), auxiliando tanto o autoconhecimento como o reconhecimento do outro.

A educação é um processo de socialização e de aprendizagem, que visa tanto o desenvolvimento social quanto ético de uma pessoa. Não ocorre apenas nas instituições de ensino, mas também por meio de instituições da sociedade civil

organizada como associações comunitárias, entidades religiosas e organizações não governamentais.

O principal desafio para essas instituições é promover a educação numa sociedade multicultural, onde a tecnologia eletrônica, a automação e a informação em massa têm promovido a perda da identidade e a crise de paradigmas, por faltarem referenciais que possam servir de exemplo para as pessoas se inspirarem e desenvolverem sua formação integral.

A escola tem de ser local, como ponto de partida, mas também ser internacional e intercultural, como ponto de chegada. Isso porque se busca uma escola autônoma, curiosa, ousada, que permite o diálogo com todas as culturas e concepções de mundo, a partir do uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Para atender as necessidades dessa pós-modernidade, caracterizada pela modificação da natureza pelo impacto que o uso das TICs trouxe sobre o saber, conforme proposto por Lyotard (1993), as escolas devem possibilitar a seus alunos o contato com alunos de outras escolas, promover viagens, encontros e toda sorte de projetos, próprios de cada escola, que a constituam num organismo vivo e atuante no seio da própria sociedade. Em outras palavras, o principal foco das escolas deve ser o aluno e sua aprendizagem.

3. IDENTIDADE

Ter foco no aluno significa auxiliar no desenvolvimento de sua identidade, que já vem se formando desde sua primeira infância, por meio das famílias e/ou outras instituições.

As crianças ganharam direitos civis e proteção legal somente na segunda metade do século XX. Antes disso, sofriam vários tipos de abusos e violências dos adultos na família, na escola, no trabalho e na sociedade em geral, tendo por base a educação medieval, que via a criança como um adulto em miniatura e de baixa inteligência. Nesse período, muitas crianças, principalmente meninos eram entregues por suas famílias para a educação religiosa, cujo destino era a vida monástica. E quem apresentasse dificuldades de aprendizado eram tratados com sintomas de desvio de caráter e de conduta, “tratado” com chicote e longos jejuns, como terapia pedagógica (BROM; AGUIAR, 2010, p. 9).

Ainda hoje é possível observar que as crianças e os jovens vivem sob forte controle dos adultos, principalmente em relação a se prepararem para o futuro que pais e professores planejam para elas. Isso induz a pensar se a infância e a adolescência não é apenas um período de passagem para a idade adulta.

Muitas escolas e com o apoio e incentivo dos pais se preocupam apenas em fornecer currículos e conteúdos capazes de preparar os alunos para seu futuro trabalho profissional, como se fosse possível adivinhar quais serão os tipos de trabalho que existirão daqui a 15 ou 20 anos, bem como as competências e habilidades para exercê-lo.

Tanto a infância como a adolescência devem ser vistas como momentos de grande intensidade de vivência. De acordo com o filósofo norte-americano John Dewey (1978), a educação não deve ser vista como preparação para a vida, uma vez que ela é a própria vida, e viver significa desenvolver-se, crescer, ou seja, o processo educativo envolve a contínua reorganização, reconstrução e transformação da vida.

E para promover aprendizagem para o longo da vida, as escolas devem auxiliar seus alunos a aprender a aprender, a aprender solucionar problemas com métodos apropriados, e pensar de forma independente. Assim, serão capazes de superar barreiras e resolver problemas e dificuldades sempre que necessário, utilizando sua sabedoria, conhecimento, capacidade de pensar, de criar e de elaborar projetos para si mesmo (BROM; AGUIAR, 2010).

A escola auxilia na formação da identidade dos alunos, indicando a capacidade de se reconhecer sem esquecer da existência de outras pessoas e de como elas contribuem para que eu seja quem sou, de forma a me diferenciar dos demais. As ações praticadas informam origem, capacidade, aptidões, interesses, desejos, necessidades, objetivos e justificativas de vida. Nesse sentido, a identidade indica um conjunto de compreensões a respeito do que é ser humano, ou seja, como as pessoas percebem os sentidos de interioridade, liberdade e individualidade.

A identidade implica no eu (*self*) e nos outros, e refere-se à multiplicidade de papéis que identifica uma pessoa como: “[...] mulher, adolescente, estudante, trabalhadora, filha, namorada, alegre e triste, observadora e ‘desligada’, rebelde e conformista.” (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1991, p. 191).

A formação da identidade implica no aprender a ser e internalizar valores, expectativas dos outros e respeito de si próprio, ideias a respeito dos outros e de si mesmo. É nesse processo que vão se formando a autoimagem, ou seja, o que o indivíduo pensa que é, e a autoestima, que é o valor que o indivíduo se atribui.

Os papéis desempenhados nas representações sociais passam a ter implicações concretas, uma vez que a própria sociedade passa a determinar e esperar que as pessoas tenham determinados tipos de comportamento e quando isso não acontece, ocorre a tentativa de controlar o que está fora do esperado. Esses movimentos vão sendo internalizados pelas pessoas, de forma consciente e crítica. Essas

atribuições sociais são constitutivas da identidade do sujeito, embora este tenha liberdade para não as acatar.

Muitas vezes, as pessoas têm comportamentos estranhos quando estão num estádio de futebol ou num show de rock, contudo, continuam sentindo que são as mesmas pessoas, diferentes das demais quanto a seus desejos, gostos e necessidade.

O psicanalista Erik Erikson (1976) define o conceito de identidade como um contínuo sentimento de individualidade, que se firma a partir dos dados biológicos e sociais. O processo de identidade ocorre quando se reconhece o próprio corpo situado em um meio que o vê como um ser humano social.

De acordo com o antropólogo e educador Carlos Rodrigues Brandão (1986), a identidade auxilia na explicação do sentimento pessoal e da consciência da posse de um eu, ou seja, de uma realidade que o torna um ser único. Ela também auxilia no reconhecimento individual dessa exclusividade: a constituição e reconhecimento de um sujeito único.

Na formação da identidade existem modelos e um processo de identificação. Nos primeiros anos de vida, os modelos são figuras próximas, concretas ou representativas, que fazem parte do dia a dia, como pai, mãe, babá. São pessoas que auxiliam na satisfação de necessidades básicas e gratificações. Depois, esses modelos podem fazer parte de grupos aos quais o indivíduo não pertence, mas valoriza e gostaria de fazer parte, como por exemplo, uma banda de rock (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1991). A influência que esses modelos passam a exercer sobre o indivíduo chama identificação, e pode ocorrer de forma total ou apenas em alguns aspectos.

É comum imitar-se pessoas que se admiram (pais, professores, colegas, artistas e esportistas, dentre outros), permitindo a interiorização de modelos relacionais. Isso permite a busca da própria identidade, de sua autonomia. Essa imitação, com o tempo, dará margem à criação do espaço vital próprio.

A identidade, assim como os modelos, altera-se ao longo da vida. Mas, mesmo com a substituição dos modelos, suas características permanecem e, muitas vezes, manifestam-se no comportamento individual, mesmo que haja uma mudança radical de identidade. Por mais que os filhos tenham algum tipo de ruptura com seus pais, por exemplo, continuarão sendo influenciados pelas vivências anteriores.

Compreender a identidade significa compreender a história pessoal e ir além do observável; é buscar além das circunstâncias e do aparente o que engendra o indivíduo. Esta tarefa implica pensar o outro como constitutivo de si próprio e como espelho onde me reconheço diferente (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1991, p. 194).

O conceito de identidade agrupa várias ideias, como a noção de permanência, de manutenção de pontos de referência que não se alteram com o tempo, como o nome de uma pessoa, suas relações de parentesco, sua nacionalidade. O termo permite que, diante da relação com outras pessoas, haja o reconhecimento de si (GREEN; URRIBARRI, 2019).

A identidade é algo mutável, e está em permanente construção e transformação, mas essas mudanças ainda permitem com que os indivíduos sejam eles mesmos. De acordo com Lima e Ciampa (2017), embora a identidade tenha o caráter de metamorfose, apresenta-se como uma fotografia, de forma estática, escamoteando sua dinâmica real de permanente transformação (passagem da infância para a adolescência; e depois para a idade adulta, por exemplo).

A base da identidade é o sentimento de ser sempre o mesmo, apesar de tantas identificações e estereótipos recebidos. “É o resultado da percepção que temos de nós mesmos, da continuidade da experiência que sentimos ser só nossa e da percepção que temos de como os outros nos veem.” (MOREIRA, 1996, p. 28).

Para que as crianças e os adolescentes adquiram uma identidade definida e saudável, deverão ter suas potencialidades e conquistas devidamente reconhecidas pelos grupos sociais dos quais participa (AMPURO, 2004). Nesse sentido, os grupos sociais exercem um papel fundamental na construção da identidade.

4. GRUPO SOCIAL

O grupo social representa um grupo de pessoas que se relacionam mutuamente, de forma organizada, com a finalidade de atingir um objetivo comum. Isso implicará no desenvolvimento de tarefas, cumprimento de regras e processos de comunicação entre os participantes, visando a socialização, caracterizada por um conjunto de normas, valores, modos de representar os objetos e situações que compõem a realidade objetiva e serão internalizadas pelas pessoas. Esse processo, por sua vez, também levará ao próprio desenvolvimento do grupo para que o objetivo seja atingido.

O processo de socialização começa desde cedo, a partir das peculiaridades de cada grupo, classe social ou cultura, principalmente no que diz respeito a hábitos alimentares (peito ou mamadeira), formas de higiene, aprender a andar, a falar. Essas características poderão variar de acordo com a classe social e condições financeiras dos pais.

Esse processo de socialização promoverá a formação da identidade e do senso de pertencimento, principalmente nos adolescentes, porque as coisas do mundo já

chegam com algum tipo de filtro, com significado, para esses sujeitos. Moradores de comunidades, por exemplo, poderão transferir aos filhos seus sentimentos de discriminação, preconceito racial ou outros tipos de situações negativas pelas quais passaram. O mesmo poderá ocorrer com famílias de classe média que passam seus valores e percepções de mundo aos filhos.

A família é o primeiro grupo social de pertencimento da criança e, por isso, é altamente significativa para a formação de sua identidade, pois ela auxiliará a criança em seu preparo para participar de outros grupos sociais. Posteriormente, ao longo de sua vida, o sujeito participará de outros grupos sociais de pertencimento, como: escola, grupo de amigos, grupo de trabalho, grupo religioso e grupo esportivo, dentre outros.

Os tipos de grupos sociais vão se alterando, por isso o processo de socialização é contínuo. “Neste processo ininterrupto de socialização, em que o indivíduo produz o mundo e a si próprio, ocorre a formação da identidade.” (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1991, p. 191).

A noção de identidade, que se forma a partir da socialização, liga-se ao pertencimento, adquirindo um caráter tanto individual, relacionado à imagem de si mesmo; quanto social, quando se refere a relações de vínculo com os outros. Mas, para que o pertencimento realmente ocorra, é necessário vivenciar e participar ativamente dos grupos sociais, para sentir-se parte dele, desenvolvendo a corresponsabilidade. O resultado das ações pertencerá a todos os envolvidos no grupo, uma vez que conterà um pouco de cada um.

5. PERTENCIMENTO

Quando uma criança ingressa na escola, já estabeleceu uma certa leitura do mundo, tendo em vista a sua classe social. Ao nascer, a criança começa a fazer parte de um mundo social, constituído de organizações econômica, política e jurídica; de uma cultura; de instituições como a família, a igreja, a escola, os partidos políticos etc., que são produtos da construção humana que antecederam o nascimento dessa criança.

Inicialmente, essas relações sociais ocorrem no grupo ao qual a criança pertence, ou seja, sua família. A partir daí começa a ser preparada para participar de um conjunto de relações sociais mais amplas.

O sentimento de pertencimento é formado a partir de uma crença subjetiva numa origem comum, unindo determinados indivíduos, que se veem como membros

de uma coletividade, expressando valores, medos e aspirações, podendo, muitas vezes, destacar características culturais e raciais.

O pertencimento ou a sensação de pertencer indica que é necessário sentir-se parte de algo ou de algum lugar e, ao mesmo tempo envolve o sentimento de que esse lugar também lhe pertence. A sensação ou o sentimento de pertencimento gera crenças de apropriação, ou seja, de que ao fazer parte me torno dono e, como tal, posso interferir na rotina, nos rumos, nos projetos, nas normas e em todas as demais etapas desse processo.

O senso de pertencimento, ou o sentido de pertencimento está diretamente relacionado a crenças subjetivas que vários indivíduos têm em comum. Por meio de símbolos que expressam valores, medos e aspirações, formam-se coletividades das quais esses indivíduos se tornam membros. Essas coletividades podem destacar características culturais e raciais.

O sentimento de pertencimento se faz presente, e é reconhecido a partir da forma como determinados grupos desenvolvem suas atividades de produção, manutenção e aprofundamento das diferenças, e cujo significado de tudo isso é dado pelos próprios integrantes desses grupos, em suas relações sociais. Esse tipo de sentimento está relacionado a fazer parte de uma comunidade que faz sentido para o indivíduo.

O pertencimento vai muito além de uniões grupais a partir de traços raciais, ou de crenças em algo que apresenta uma origem comum. Envolve a busca de um destino comum para uma determinada comunidade, estabelecendo sentido de homogeneidade para seus membros e sentido de heterogeneidade diante dos diferentes tipos de grupos com os quais convivem.

Para Weber (1991), é a partir do sentido de pertencimento que ocorre a compreensão sobre diversidade cultural. Reconhece-se esse tipo de diversidade a partir do confronto entre a “solidariedade étnica” e elementos estrangeiros opostos a ela, podendo provocar o desprezo por aquilo que é considerado como diferente. Nesse sentido, o autor indica que a comunidade desenvolve costumes próprios por meio dos quais se autodefine, estabelece fronteiras e meios de diferenciação de forma interna e externa, garantindo sua sobrevivência e reprodução. A essa ação Weber denomina “comunidade política”: é voltada para a ação, partilha de valores, costumes e memória comum; e darão origem à criação de uma “comunidade de sentido”, que ocorre de forma independente de laços sanguíneos, em que há um “sentido de pertencimento”.

De acordo com Sá (2005), a construção da noção de pertencimento envolve a inscrição da lógica da vida na organização da sociedade humana. Por isso, o

pertencimento tem de ser considerado segundo a condição propriamente humana da identidade cultural dos grupos. O pertencimento está devidamente atrelado ao conhecimento humano, à sua subjetividade enquanto dimensão intrínseca do conhecimento vivo e humano, e ao fazer parte dele se tem acesso à objetividade caracterizada como um determinado tipo de conhecimento que se sabe pertencer e é compatível com a complexidade do vivido (SÁ, 2006).

A vida humana é um espaço muito rico, cheio de histórias, de marcas que foram construídas a partir dos resultados de experiências, convivência com diversos grupos sociais, formas como trabalho e de produção; de como se alimenta e pratica o lazer. As coisas vão acontecendo no próprio cotidiano e, como tal, vai-se configurando o espaço e dando feição a um lugar com experiências que se renovam constantemente, mediante as considerações do passado e o vislumbre do futuro. Esse tipo de compreensão resgata os sentimentos de identidade e de pertencimento (CALLAI, 2004).

Para Cousin (2010, p. 94), “O pertencimento pode ser compreendido como uma crença ou ideia que une as pessoas, e é expresso por símbolos e valores sociais, morais, estéticos, políticos, culturais, religiosos e ambientais dentre outros de um lugar”.

Cousin (2010, p. 130) também indica que é “inoportuno pensar na importância de despertar o sentimento de pertencimento na sociedade sem considerar as interferências que essas estão sofrendo cotidianamente pela globalização da economia”.

O fortalecimento do sentimento de pertencimento ocorre a partir da dedicação de tempo ao cultivo de bons relacionamentos, dentro de um grupo detentor das mesmas crenças subjetivas, para as quais se busca dar sentido e torná-las objetivas e praticáveis.

6. EDUCAÇÃO E ESCOLA

As culturas, por meio de seus grupos sociais, auxiliam os novos membros a dominarem os conhecimentos necessários para que sejam membros ativos. “O conjunto de formas de ajuda por meio do qual um grupo social tenta garantir que os seus membros adquiram a experiência cultural do grupo, à qual foi elaborada socialmente e foi acumulada historicamente, é, precisamente, aquilo que denominamos educação.” (SALVADOR et al., 1999, p. 113).

O mundo da vida precisa entrar para dentro da escola, para que esta também seja viva, para que consiga acolher os alunos e possa dar-lhes condições de realizarem a sua

formação, de desenvolver um senso crítico, e ampliar as suas visões de mundo. Para que isto aconteça a escola deve ser a geradora de motivação para estabelecer inter-relações e produzir aprendizagem, e o professor, o mediador deste processo (CALLAI, 2004, p. 2).

Os conceitos de grupo social, espaço e tempo são fundamentais para o aluno se compreender como um sujeito social, que possui uma identidade e reconhece seu pertencimento territorial, cultural e social.

As práticas educativas (na família, na escola, nas atividades diárias, no tempo livre etc.) são grandes auxiliares do desenvolvimento pessoal. Também são fortes auxiliares da formação da identidade e do senso de pertencimento uma vez que permitem a incorporação de modelos, papéis e relações mais complexas, mediante a observação ou a orientação de outros indivíduos mais experientes. A finalidade última desse processo é o desenvolvimento da autonomia.

É por meio das práticas educativas que ocorre o elo entre a cultura e os processos de aprendizagem e de desenvolvimento, ou seja, a aquisição de conhecimentos, capacidades e competências necessárias para a ampla participação nos grupos sociais. Por isso, a educação é um fator decisivo no desenvolvimento pessoal.

Frente ao processo de educação, a escola, enquanto grupo social, tem um papel primordial de fomentar a socialização, ou seja, dar condições para que o educando desenvolva a autonomia, juntamente com a construção de novos conhecimentos, formando sua identidade, e desenvolvendo seu senso de pertencimento. Educar para pertencer passa a ser uma necessidade.

Por meio da escola é possível criar práticas, juntamente com a família, que favorece as “[...] possibilidades de comunicação nas quais todos aprendem, reavaliando valores e vivenciando novas experiências comunitárias.” (MOREIRA, 1996, p. 46). Essas experiências, enquanto ferramentas pedagógicas, auxiliam no estabelecimento de laços de responsabilidade, pertencimento e senso de colaboração.

Além das vivências relacionadas ao currículo, as escolas podem fortalecer o desenvolvimento da identidade de seus alunos bem como o senso de pertencimento, a partir da Alimentação Escolar.

Muito além de um simples benefício fornecido pelo Estado, ao alimentar os alunos mais carentes, a Alimentação Escolar representa um processo de apropriação da cultura dos indivíduos de uma determinada região geográfica, situados em grupos sociais específicos, onde desenvolvem conhecimentos e competências para atuarem no mundo real.

7. PERTENCIMENTO E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O senso de pertencimento pode ser considerado um conceito chave para a Alimentação Escolar, porque promove o compromisso de alunos, pais, professores, gestores e comunidade como um todo, no que diz respeito à saúde das crianças e adolescentes.

As escolas comprometidas com o pertencimento contribuirão para a formação de sujeitos preocupados com a qualidade dos insumos e da produção dos alimentos servidos nas unidades escolares.

A Alimentação Escolar pode ser vista como uma ferramenta pedagógica, por meio de experiências vivenciais, promovendo laços de responsabilidade e colaboração entre produtores agropecuários, nutricionistas, merendeiras, pais, diretores escolares, professores, alunos e demais agentes envolvidos na produção e distribuição de insumos, elaboração de cardápios, produção dos pratos e consumo final.

Mas, apesar de sua importância nutricional, social e educacional, a Alimentação Escolar ainda perpassa pelo desapego dos pais e responsáveis quanto aos tipos e qualidade dos alimentos e pratos, que são fornecidos aos alunos em suas unidades escolares.

De acordo com Silva, Amparo-Santos e Soares (2019), a análise das práticas alimentares representa um paradoxo, porque, de um lado houve um grande avanço do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) enquanto política fundamentada no Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e na Segurança Alimentar e Nutricional para as faixas etárias escolares, mas por outro lado, ainda apresenta viés assistencialista no cotidiano das escolas. Isso contribui para o fortalecimento de identidades estigmatizadas, que interferem no senso de pertencimento dos alunos em relação aos grupos sociais com os quais interagem.

A agenda internacional debate as práticas alimentares que ocorrem nas escolas por causa de situações, relacionando a saúde dos estudantes às práticas alimentares das escolas. Esses debates deverão levar em consideração que as práticas alimentares também auxiliam na formação dos processos identitários e de sentimentos de pertencimento, uma vez que, por meio da escola, os alunos se relacionam com o mundo, identificam seus pares e desenvolvem a autonomia.

[...] O estudo das práticas alimentares requer múltiplos olhares que permitam compreender as experiências dos sujeitos com a alimentação, implicando em observar o que comem, por que, como, quando e com quem comem e, principalmente, as interações produzidas no interior dessas práticas. Para tanto, o interacionismo simbólico se

configura como uma abordagem teórica que possibilita compreender os significados como um produto social, tendo, em vista, que o significado das coisas para um sujeito é resultante das interações que estabelece com outros sujeitos, em meio às relações de forças nas diversas situações do cotidiano (SILVA, AMPARO-SANTOS, SOARES, 2019, p. 2).

A alimentação, por si só, é uma atividade social importante, uma vez que é um fator determinante nas relações humanas. Todos os dias, a refeição é feita, geralmente, em meio de grupos e espaços sociais (núcleo familiar, grupos sociais etc.). A escola, nesse sentido, torna-se também um espaço de comida. E esse espaço, por sua vez, é um forte influenciador da formação identitária e de senso de pertencimento.

O ser humano sempre se preocupou com provisões alimentares, com quantidade e qualidade adequadas para a manutenção do organismo. Mas também projetou nessa alimentação o prazer de degustar alimentos ao fato de ser ou estar no âmbito coletivo, num grupo social. “As motivações ideológicas, filosóficas e religiosas influenciam na escolha dos alimentos, bem como sua manipulação, preparo e conservação. Cozinhar e comer, de certa forma, expressam o pertencimento a um grupo ou o seu *Reconhecimento*.” (PINTO, MEDEIROS, BEZERRA, 2019, p. 21).

Por meio da Alimentação Escolar é possível promover o senso de participação social dos alunos, indicando a importância de se atuar de forma cidadã frente a questões de ordem pública. Isso poderá estimular a prática cotidiana de intervir na sociedade para assegurar direitos e garantias. Por outro lado, também poderá incentivar a autonomia e a responsabilidade, o que irá requerer mudanças no paradigma educacional da atualidade.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do reconhecimento de sua individualidade e de sua socialização primária, familiar, as pessoas terão melhores oportunidades para desenvolver sua autonomia. Isso fortalecerá sua autoestima, convicções e desejos junto a pessoas e grupos com quem mantém vínculos afetivos e possibilitam o sentimento de pertencimento.

Com autonomia é possível recriar as formas e valores preexistentes, fortalecendo as questões culturais. Preservar uma cultura envolve seu reconhecimento por parte do cidadão. E a paz está relacionada ao “[...] mútuo reconhecimento entre as múltiplas culturas. O espaço em que vive e o tempo dessa vivência permitem o surgimento de um novo aspecto da identidade pessoal: a identidade cultural.”

(MOREIRA, 1996, p. 95). Isso quer dizer que os sentimentos e ideias fazem parte de um complexo que influencia as possibilidades de ação.

O contexto social, político e econômico atual (2021), que são vinculados ao modo de produção capitalista, evidencia e provoca uma série de problemas, que estão vinculados ao debate sobre a Alimentação Escolar.

A educação atual, nos moldes da UNESCO (DELORS et al., 1995) requer que os sujeitos estejam aptos a aprender a aprender, aprender a ser ou se conhecer e a aprender a conviver com os outros. É nesse último elemento que a Alimentação Escolar poderá contribuir com o desenvolvimento da socialização, da formação da identidade e do senso de pertencimento dos alunos.

A educação, que tem por foco a cidadania global, deve fomentar o ensinar a viver na mudança, e não a querer controlá-la. Para que isso ocorra, é necessário a mudança do paradigma educacional praticado até então. É observar no entorno e ver todas as possibilidades de desenvolvimento. É ter atitude crítica para compreender sua realidade e aceitar o que for considerado relevante. É ter capacidade decisória para perceber e compreender que sempre há vários caminhos para solucionar problemas específicos.

A Alimentação Escolar pode ser um forte componente para auxiliar na mudança de paradigma do modelo educacional atual, principalmente aquele praticado nas escolas. Isso ocorrerá a partir do momento em que os educadores perceberem que, muito mais do que assistencialismo, a Alimentação Escolar promove um espaço para a prática de experiências vividas quando, no ato de se alimentar junto com um determinado grupo social, ocorre a apropriação de toda uma cultura, despida de seus preconceitos discriminatórios, e a individualidade e o pertencimento tomam forma, manifestam-se e fortalecem-se.

A formação da identidade e os sentimentos de pertencimento interferem na construção de valores e atitudes. Para que sejam despertados, é necessário sensibilizar todos os agentes com quem os alunos convivem diariamente. Por isso a Alimentação Escolar pode ser um forte agente para esse despertar tanto na escola, como na família, nos grupos de amigos, nos grupos religiosos e com a convivência das demais pessoas.

Possivelmente, com ações vivenciais permeadas pela Alimentação Escolar, será possível o despertar para reflexões sobre o mundo como um todo, e sobre as atitudes particulares. Isso poderá propiciar um melhor conhecimento de si mesmo, estimulando o aprender a ser e aprender a conviver com os outros, conforme proposto pela Unesco, de tal modo que a formação da identidade esteja totalmente aderente ao senso de pertencimento.

REFERÊNCIAS

- AMPURO, Deise Matos do; ALCES, Paola Biasoli; CÁRDENAS, Carmen J. Pertencimento e identidade em adolescentes em situação de risco de Brasília. **Journal of Human Growth and Development**, v. 14, n. 1, 2004.
- ANDRADE, Danielle Müller de; SCHMIDT, Elisabeth Brandão. Os lugares, o pertencimento e a ambientalização das instituições de ensino brasileiras. **Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 13, n. 23, p. 71-87, 2019.
- BOCK, Ana M. Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1991.
- BRAGA, Adriana; GASTALDO, Édison. Pertencimento como categoria analítica: etnometodologia para os estudos de comunicação. *In: E-Compós*. 2019.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BROM, Luiz Guilherme; AGUIAR, Tânia. **Educação: mito e ficção**. São Paulo: Cengage, 2010.
- CALLAI, Helena Copetti. O estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e pertencimento. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, 16,17,18 de setembro de 2004.
- CODO, Wanderley. Identidade e economia (I): espelhamento, pertencimento, individualidade. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 18, n. 3, p. 297-304, 2002.
- COUSIN, Cláudia da Silva. **Pertencer ao navegar, agir e narrar: a formação de educadores ambientais**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2010.
- DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 2018.
- DEWEY, John. **Vida e educação**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- ERIKSON, Erik H. **Identidade, juventude e crise**. São Paulo: Guanabara Koogan, 1976.
- GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1995.
- GREEN, André; URRIBARRI, Fernando. **Do pensamento clínico ao paradigma contemporâneo: diálogos**. São Paulo: Blucher, 2019.

LIMA, Aluísio Ferreira de; CIAMPA, Antonio da Costa. Sem pedras o arco não existe: o lugar da narrativa no estudo crítico da identidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, 2017.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

MOREIRA, Paulo Roberto. **Psicologia da educação: interação e identidade**. São Paulo: FDE, 1996.

PINTO, Vera Lucia Xavier; MEDEIROS, Michelle; BEZERRA, Ingrid Wilza Leal (org.). **Promoção da alimentação saudável nas escolas: ideias e ações que conjugam educação, saúde e justiça social**. Natal: EDUFRN, 2019.

SÁ, M. L. Pertencimento *in*: FERRARO Jr., L. A. (org.) **Encontros e Caminhos: Formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília, MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

SALVADOR, César Coll; MESTRES, Mariana Miras; GOÑI, Javier Onrubia; GALLART, Isabel Solé. **Psicologia da educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SILVA, Edleuza Oliveira; AMPARO-SANTOS, Lígia; SOARES, Micheli Dantas. Interações entre práticas alimentares e identidades: ressignificando a escola pública e a alimentação escolar. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00217918, 2019.

SOUSA, Mauro Wilton. O pertencimento ao comum mediático: a identidade em tempos de transição. **Significação: revista de cultura audiovisual**, v. 37, n. 34, p. 31-52, 2010.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1991.

